

## **Discurso da Teleconferência de Resultados do 3T13 19 de novembro de 2013**

### **Operador:**

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao terceiro trimestre de 2013.

Estão presentes a Presidência, a Diretoria e os assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via webcast, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia.

Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Bom dia a todos. Eu sou Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Muito obrigado por sua participação na teleconferência da CESP sobre os resultados do terceiro trimestre de 2013.

Encontram-se à mesa o senhor Mauro Arce, Presidente da CESP, o senhor Mituo Hirota, Diretor de Geração, além de assessores.

Vamos iniciar a apresentação dos resultados pelo slide nº 2, onde demonstramos que as **Receitas de Energia Elétrica** tiveram aumento de 1,6% no terceiro trimestre de 2013, comparadas com o mesmo período de 2012, alcançando **R\$ 958 milhões de reais**.

No **ACL - Ambiente de Contratação Livre** as receitas registraram um aumento de cerca de **R\$ 122 milhões** de reais, 36,0% acima do terceiro trimestre do ano anterior, refletindo a recolocação neste mercado, a melhores preços, de volumes de energia anteriormente contratados no mercado regulado.

Já as vendas no **ACR - Ambiente de Contratação Regulada** apresentaram uma redução de cerca de **R\$ 146 milhões** de reais, 26,7% inferior ao 3T12, devido ao vencimento, em dezembro de 2012, de contratos com distribuidoras firmados por 8 anos no leilão de dezembro de 2004.

As receitas obtidas na **CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica** tiveram um aumento de 29,6%, cerca de R\$ 16 milhões de reais a mais que no terceiro trimestre de 2012, resultado da liquidação, a preços de PLD, de parte da energia descontratada no mercado regulado.

A receita de Serviços de Geração da usina de Três Irmãos foi de **R\$ 23,1 milhões** de reais no 3T13.

As Deduções à Receita, de R\$ 91,7 milhões de reais, foram 18,5% menores do que no mesmo período de 2012, por força do ajuste feito no valor que vínhamos provisionando para a RGR (Reserva Global de Reversão). Desse modo, a Receita Líquida alcançou R\$ 867,4 milhões de reais, e inclui o valor de Outras Receitas, sendo 4,4% superior aos R\$ 831 milhões de reais do 3T12.

No próximo slide, slide 3, vemos a distribuição percentual da receita da CESP nos três segmentos de comercialização de energia.

Conforme comentado no slide anterior, em decorrência do vencimento de contratos no mercado regulado, houve migração de parte dessa energia para o mercado livre e parte para o mercado de curto prazo na CCEE. Desse modo, a maior participação coube ao **Ambiente de Contratação Livre**, com 49,4% das vendas,

seguido do **Ambiente de Contratação Regulada**, com 42,9% e a **Energia de Curto Prazo**, liquidada na **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**, com 7,7%.

O slide 4 mostra, à esquerda, a quantidade de energia vendida em GWh no terceiro trimestre, por segmento. A redução de 20,2 % nas quantidades totais em relação ao mesmo período de 2012, reflete principalmente a ação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e, adicionalmente, a alocação da usina Três Irmãos ao regime de cotas. Ainda assim, a quantidade comercializada no 3T13, 8.219,8 GWh foi 12,7% acima da garantia física da CESP de 7.293 GWh no trimestre.

Do lado direito pode ser visto que o preço médio do MWh vendido aumentou 24,3%, atingindo R\$ 113 reais e 74 centavos no 3T13. Destacamos aqui as diferenças praticadas nos preços. Os preços médios dos contratos ficaram em R\$121 reais e 78 centavos, reflexo das atualizações dos preços e do vencimento de contratos antigos, que tinham sido negociados a valores mais baixos. Já a energia comercializada na CCEE alcançou o preço médio de R\$ 63 reais e 43 centavos no trimestre, com destaque para o mercado de curto prazo PLD que atingiu R\$ 171 reais e 36 centavos.

No slide 5 temos, à esquerda, a linha azul que demonstra que os níveis de reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste, em 2012, apresentaram uma queda acentuada a partir do segundo trimestre. Já a linha verde refere-se a 2013 e demonstra que até junho deste ano os reservatórios recuperaram-se mês a mês, apesar de inferiores a 2012 e 2011( linha vermelha), decrescendo a partir de julho, período seco. A expectativa é que o nível dos reservatórios na região SE/CO ao final do ano esteja em 41,0%, acima da linha de 2012.

Já no gráfico à direita, a linha verde demonstra como foi volátil o comportamento do PLD nestes nove meses de 2013, mas sempre superior aos preços dos anos anteriores.

Na parte inferior do slide, podemos ver os preços médios mensais do PLD apurado na CCEE, sendo que a média no 3T13 foi de R\$ 182 reais e 71 centavos, superior ao preço médio do 3T12, de R\$ 130 reais e 52 centavos.

No slide 6, pode-se observar que as Despesas Operacionais apresentaram uma queda de 3,9% em relação ao 3T12, e atingiram **R\$ 442,5 milhões** de reais.

Destacamos as principais variações:

- As despesas de Pessoal no trimestre aumentaram 8,2% em decorrência do acordo coletivo de 2013, que reajustou os salários em 7,74%.

- Em agosto foi encerrado o programa de incentivo à aposentadoria, com adesão de 219 empregados, resultando em provisão de **R\$ 27,9 milhões**.

- Houve redução na despesa de depreciação, com a retirada da usina de Três Irmãos do Ativo Imobilizado da Companhia.

O slide 7 demonstra que o EBITDA no 3T13 atingiu **R\$ 499,9 milhões** de reais, 8,0% inferior ao 3T12, devido principalmente à provisão referente ao Programa de Incentivo à Aposentadoria e à Provisão para Riscos Legais lançada na rubrica Outras Despesas Líquidas mais alta neste trimestre. Nos 9 meses o EBITDA já alcançou **R\$ 2 bilhões e 35 milhões** de reais, 20,8% superior ao mesmo período de 2012.

A margem do EBITDA ficou em 57,6% no trimestre e 68,9% no acumulado de 2013.

No próximo slide, slide 8, vemos que o **Resultado Financeiro** do terceiro trimestre de 2013 foi negativo em **R\$ 77,3 milhões de reais**, **38,1%** menor que os **R\$ R\$ 124,9 milhões** do terceiro trimestre de 2012.

As **Receitas Financeiras**, de **R\$ 37,7 milhões de reais**, foram superiores aos R\$ 11,3 milhões do 3T12. Os **Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras**, de R\$64,4 milhões de reais, registraram redução de R\$ 25,5 milhões de Reais.

As **Variações Monetárias Líquidas** resultaram em **R\$ 25,0 milhões** negativos no 3T13 e refletem indicadores relacionados à inflação. As **Variações Cambiais Líquidas** atingiram **R\$ 25,7 milhões** negativos no terceiro trimestre de 2013, resultado afetado principalmente pela cotação do dólar por ocasião da liquidação Bônus Série 7 de US\$ 220 milhões no início de agosto.

Para melhor compreensão, do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar no terceiro trimestre de 2013.

O slide 9 mostra a evolução do **Lucro Líquido**. No trimestre registrou **R\$ 191,9 milhões**, 28,3% superior ao terceiro trimestre de 2012.

No acumulado do ano alcançou **R\$ 795,2 milhões**, 78,9% superior ao mesmo período de 2012.

O slide 10 mostra que a Dívida Financeira em 30/09/2013 era de **R\$ 2 bilhões, 955,8 milhões** de reais, 21,1% inferior a 31/12/2012.

A dívida em moeda estrangeira era de US\$ 357,4 milhões de dólares, representando 27,0% do total da dívida da Companhia. Essa dívida em moeda estrangeira equivalia a **R\$ 797,1 milhões** de reais.

As disponibilidades no final do terceiro trimestre de 2013 somavam **R\$ 1 bilhão, 114,7 milhões** de reais, considerando Caixa e Depósitos Vinculados, resultando numa Dívida

Líquida, naquela data, de **R\$ 1 bilhão, 841,1 milhões** de reais, 41,8% inferior a 31/12/2012.

O slide 11 demonstra o perfil da dívida e seus vencimentos para os anos seguintes. Nos nove primeiros meses de 2013, já foram pagos R\$ 902 milhões, restando R\$ 167 milhões de reais a serem liquidados no último trimestre.

Em janeiro de 2015 teremos o vencimento da Série 8 das Notas de Médio Prazo, emitidas em Reais, com saldo em 30/09/2013 na ordem de R\$ 1 bilhão de reais.

Como informado nas Notas Explicativas de Eventos Subsequentes e também por meio de Comunicado ao Mercado a Companhia desembolsou R\$ 227,3 milhões de reais, dos quais R\$ 35,4 milhões no 3T13, no processo de aquisição dessas Notas de Médio Prazo (Bônus Série 8) no mercado secundário. Esta aquisição permanecerá em carteira até o efetivo cancelamento dos respectivos títulos junto ao custodiante global, demais agentes no exterior e Banco Central do Brasil.

A dívida pós-2015 é basicamente constituída pelo FIDC IV, com vencimentos mensais até 2017, e pelo compromisso com o BNDES, em moeda estrangeira, pagável bimensalmente até 2019.

O próximo slide, slide 12, demonstra que não houve alterações significativas na carteira de ações judiciais e nas Provisões para Riscos Legais. Pode-se verificar que partindo da posição do segundo trimestre de 2013 – R\$ 2 bilhões e 51 milhões de reais, temos R\$ 100 milhões de reais de atualização monetária e juros; constituição líquida de provisões de R\$ 3 milhões de reais; e pagamentos de R\$ 9 milhões de reais com as ações judiciais. Em 30/09/2013 o saldo era de R\$ 2 bilhões, 145 milhões de reais, variação de 4,6% em relação ao final do segundo trimestre de 2013.

No slide seguinte, slide 13, resume os destaques desta apresentação, compreendendo os dados operacionais e financeiros do terceiro trimestre e dos nove primeiros meses de 2013, comparados com o mesmo período de 2012:

Aumento da Receita Operacional Líquida de 4,4% no trimestre e 15,9% nos nove meses; queda de 3,9% nas Despesas Operacionais no trimestre e 5,8% no acumulado do ano; aumento de 14,8% no Resultado do Serviço no trimestre e 39,8% nos nove meses; redução do Resultado Financeiro negativo; recuo de 8,0% no EBITDA no trimestre e aumento de 20,8% no acumulado dos primeiros nove meses, com margens de 57,6% e 68,9% respectivamente; aumento de 28,3% do Lucro Líquido no trimestre e de 78,9% nos nove meses, com margens líquidas de 22,1% e 26,9% respectivamente.

Queremos lembrar que ao final desse mês de novembro pagaremos os dividendos declarados na AGO de Abril deste ano no montante de R\$ 271 milhões de reais.

Desta forma, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos e abrimos a reunião para a seção de perguntas e respostas. Obrigado.

=====

**Operador:** Senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (\*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Ao final das perguntas feitas por analistas, teremos um período para perguntas da imprensa. O senhor Bruno Pascon, do Goldman Sachs gostaria de fazer uma pergunta.

**Bruno Pascon – Goldman Sachs:** Bom dia a todos, obrigado pelo call. Eu tenho, na realidade, duas perguntas. A primeira com relação ao leilão A-1, o governo divulgou recentemente os preços dos produtos desse leilão no dia 17 de dezembro, então produto de um ano a R\$ 192,00, e o produto de um ano e meio a R\$ 166,00. Então eu só gostaria de entender qual a posição da CESP com relação a esses preços, se são interessantes para a companhia e se a empresa pretende participar desse leilão. E se possível, qual seria a estratégia de contratação. E a minha segunda pergunta é com relação a dividendos, a CESP já acumulou R\$ 695 milhões de lucro nos nove meses de 2013. Assumindo como exercício que a CESP vai conseguir cumprir com o lucro ou dividendos mínimo de R\$ 600 milhões, qual a expectativa de distribuição além do mínimo de R\$ 600 milhões o dividendo retido de 2009 de R\$ 170 milhões, e o ajuste da depreciação? Então só entender como é que está a cabeça da companhia em relação à distribuição de dividendos para 2013. Obrigado.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Pascon bom dia, é o Almir. Vamos a sua primeira pergunta, a respeito do leilão. O leilão é interessante para a situação específica da CESP. Nós temos produtos apenas para o ano de 2014, temos produtos para 18 meses, para o ano de 2014 e o primeiro semestre de 2015. Os preços, parece, também que são adequados. É só agora uma questão de estudarmos a decisão, se vamos participar desses preços. Comparado aos preços de PLD, os preços de PLD de hoje são muito maiores. Mas, pensando no período de um ano, um ano e meio, os preços são bastante razoáveis. Só agora aguardar a decisão. Esse leilão vai ocorrer dia 17 de dezembro, é isso não é?

Quanto a sua segunda pergunta, nós temos ainda um último trimestre do ano, mas de qualquer maneira, ao lucro, ao resultado, vamos colocar melhor assim, ao resultado que for apurado no final do ano, nós vamos ter que somar duas parcelas para fins de distribuição de resultado. Nós temos um ajuste daquela avaliação patrimonial que se reflete num excedente de depreciação que todo ano nós devolvemos ao acionista. Nós temos devolvido nos últimos anos cerca de R\$ 199 milhões de reais.

Este ano a nossa expectativa é que iremos devolver um pouco menos, da ordem de R\$ 185 milhões, aproximadamente, como depreciação excedente, por conta da saída de Três Irmãos. Então, Três Irmãos nós tiramos do ativo imobilizado, passamos para o não circulante, e paramos de fazer depreciação de Três Irmãos em abril desse ano. Então,

ao resultado que nós tivermos nós temos que somar cerca de R\$ 185 milhões dessa depreciação excedente, e teremos que somar mais um valor a distribuir os acionistas que seja da ordem de R\$ 170 milhões, por conta da realização daquela reserva que constituímos no passado, pela variação cambial. Então, supondo que tenhamos zero de lucro ao final do ano, nós teremos para o acionista cerca de R\$ 350 milhões de reais. Qualquer número positivo será somado a isso, qualquer número negativo na conta de resultado será somado, deduzido, desse montante aqui.

Nós já pagamos esse ano juros de capital próprio. São R\$ 196 milhões que nós já pagamos a título de antecipação de dividendos. Para o final do ano, nós temos que levar em conta algumas incertezas. Uma incerteza diz respeito à baixa da Usina de Três Irmãos. Nós não fizemos isso ainda, continuamos discutindo com o governo federal. Se esse assunto se resolver até o final do ano esse valor terá que ser ajustado no quarto trimestre e poderá afetar a conta de resultados. Poderá afetar sim ou não, está me lembrando o Mauro aqui, poderá afetar sim ou não a conta de resultados.

Temos uma questão para ser considerada que é o desempenho da rentabilidade do Fundo de Pensão. Todo final de ano nós fazemos uma reavaliação atuarial. Este ano nós vamos ter, provavelmente um ajuste por conta daquela taxa de remuneração dos ativos que nós usamos por conta da CVM. Então o ano passado nós fechamos, a rentabilidade que nós adotamos foi 3,75%, isso causou uma conta de despesa que foi lançada a resultado. Esse ano nós imaginamos que essa taxa de rentabilidade deve ser da ordem de 5% ou acima de 5%, vai causar um número positivo. Mas, por outro lado, tem a rentabilidade dos ativos da Fundação, depende de que essa rentabilidade seja alcançada. A rentabilidade, o plano, é calculado com 5,25%. Se essa rentabilidade for alcançada, teremos um equilíbrio ou um superávit. Se essa rentabilidade não for alcançada teremos um déficit, e esse déficit deve refletir na conta de resultados. Temos uma perspectiva de câmbio, nós temos ainda uma dívida em moeda estrangeira da ordem de US\$ 357 milhões, e o câmbio é ainda para nós uma incerteza. Cada R\$ 0,10 de variação na cotação do dólar em relação ao real, isso nos afeta aí na ordem de R\$ 37 milhões na conta de resultado. Então são algumas das coisas que ainda tem que acontecer nesse último trimestre do ano. Ok?

**Bruno Pascon – Goldman Sachs:** Claríssimo Almir, muito obrigado.

**Operador:** O senhor Sérgio Tamashiro do Banco Safra gostaria de fazer uma pergunta.

**Sérgio Tamashiro – Banco Safra:** Boa tarde a todos. Tenho duas perguntas, ainda com relação a essa energia a ser comercializada o ano que vem. Antes vocês davam até uma posição de quanto que estava ainda descontratado. Se puder me informar quanto é que tem descontratado em 2014 e até o primeiro semestre de 2015, se vocês assinaram alguns contratos aqui ultimamente, e a que montante, a que preço eles foram. E a segunda pergunta é com relação à despesa com pessoal. Vocês tiveram uma adesão um pouco menor do que o esperado, eu comparando aqui com despesa apenas de pessoal no terceiro trimestre, vocês informam que subiram os salários em 7,7%, mas eu comparando com o segundo trimestre ele foi um aumento bem maior.

Então eu queria entender um pouquinho o que foi essa diferença, e qual é uma despesa recorrente que eu posso utilizar.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Sérgio, é o Almir. A nossa energia descontratada para 2014 e o primeiro semestre é da ordem de 1.000 MW, esse é o número aproximado que nós temos. Não firmamos nenhum contrato, não vendemos nenhuma energia recentemente. Fizemos um leilão, nós fizemos um leilão o mês passado e pedimos R\$ 168,00, mas não houve nenhum interessado em comprar energia a este preço. Então, nós estávamos mesmo aguardando a evolução de PLD, a evolução desse leilão que o governo federal vai organizar. Então não tem contrato novo, e a nossa energia descontratada é dessa ordem de 1.000 MW.

Sobre as despesas com pessoal, o que nós temos apropriado nessa conta é basicamente folha de pagamento e alguns pagamentos que são retroativos a junho, porque o acordo coletivo é 1 de junho. Então, como demorou um pouco para se assinar o acordo coletivo, ele ficou meio represado para esse trimestre. Mas não tem nada excepcional não, alguns pagamentos de indenização também são lançados nessa conta, mas um comportamento normal.

Esse ano além do acordo coletivo nós fizemos uma provisão de R\$ 28 milhões aproximadamente, por conta do PIA. É a única mudança, não tem nada relevante. Nós estávamos com cerca de 1.220 empregados, devemos estar perto de 1.000 empregados agora, com a saída do pessoal em 1 de outubro, então devemos estar por volta de 1.000 empregados. Não tem nada assim diferente que você possa considerar no seu estudo.

**Sérgio Tamashiro – Banco Safra:** Vocês estão pretendendo soltar um outro PDV com alguns benefícios maiores, ou vão deixar assim agora até quase que o vencimento das concessões? Como é que está assim o cronograma de vocês?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Então, o que estávamos autorizados pelo controlador era oferecer um plano de desligamento aos empregados que iriam adquirir ou já tinham adquirido o direito, ou iriam adquirir o direito até 31 de dezembro deste ano. Então, isso foi feito, pode ser repetido para o ano que vem. Existem muitos empregados entre agora e 2015, que vão adquirir o direito à aposentadoria. Nós continuamos com a meta de que temos que chegar em 2015 com cerca de 700 empregados, essa é mais ou menos, entre 800 e 700 empregados, que nós devemos alcançar em 2015 para estarmos preparados para essa realidade de 2015.

**Sérgio Tamashiro – Banco Safra:** Está certo. Obrigado Almir.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Abraço.



**Operador:** Lembrando que para fazer perguntas basta digitar asterisco (\*1). A senhora Sandra Boente do HSBC gostaria de fazer uma pergunta. Por favor, senhora Sandra, pode prosseguir.

**Sandra Boente - HSBC:** Bom dia. Muito obrigada a todos pelo call. E a minha pergunta tinha relação com a expectativa de vocês para o PLD do ano que vem. Já o ONS tem falado que provavelmente todas essas usinas a gás vão estar despachadas e possivelmente mais alguma térmica. Então naquele contexto qual seria a expectativa de uma situação hidrológica normal para o PLD do ano que vem? E baseado na sua expectativa, se vocês vão preferir manter uma porcentagem significativa da produção de vocês com exposição SPOT, ou se vão continuar procurando contratos com cliente livre o outra vez do leilão A-1.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Sandra, essas definições completas elas não estão ainda tomadas, mas, os estudos de PLD levam em conta possibilidades de hidrologia, chovendo, por exemplo, num nível médio ou um pouco acima ou um pouco abaixo. Os estudos que nós tínhamos até recentemente, davam conta que esse PLD pode variar entre R\$ 140,00 / R\$ 170,00. Não é unanimidade no mercado, nós já ouvimos estudos que falam em R\$ 200,00, que falam em R\$ 220. Talvez a gente não possa afirmar que esse preço ele permaneça todos os meses do ano. Então é possível que em meses mais chuvosos nós tenhamos preços mais baixos, e que em meses mais secos nós tenhamos picos de preço.

Há uma incerteza relacionada ao PLD. Então nós discutimos aqui como estratégia, talvez, eu vou colocar no condicional, reservar uma pequena parte da energia para cobrir eventuais variações do PLD, e vender uma parte significativa em contratos. Mas esta decisão ainda não está tomada. Os preços de PLD eles são incertos, às vezes você precisaria ponderar entre a troca da incerteza por uma remuneração firme. É uma decisão difícil. Nós tivemos esse ano uma mudança na metodologia de cálculo. Na teoria essa metodologia deve evitar que as influências acentuadas de hidrologia causem variações também acentuadas nos preços. Essa é uma teoria que se tentou incorporar ao modelo. Eu não posso garantir para você que a gente vai ter isso com sucesso. Então a expectativa nossa para o ano que vem é que ainda haverá térmicas sendo despachadas, haverá uma preocupação em manter os reservatórios em níveis seguros, muito provavelmente em níveis elevados. O que deve fazer com que o PLD seja também elevado.

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Acrescentar mais um ponto que é o seguinte, todo ano o consumo aumenta e o que está acontecendo no sistema hidrelétrico é que os reservatórios permanecem os mesmos. As novas usinas, mesmo hidrelétricas não têm reservatório. Então só isso aí exigiria que houvesse uma reserva e um despacho mais elevado, principalmente das usinas termelétricas, a gás, carvão e óleo. Então a tendência, e evidentemente não existe nenhuma perspectiva de aumentar o volume dos reservatórios, não o volume, a capacidade dos reservatórios porque as novas usinas são a fio d'água, é que cada vez mais qualquer que seja o modelo, o PLD seja sempre mais crescente, partindo do pressuposto que você tenha dois anos iguais no

passado igual a esse ano, seguramente o PLD seria mais alto por esse motivo, porque os reservatórios em função da demanda, eles estão menores do que estavam no passado.

**Sandra Boente - HSBC:** Perfeito. Muito obrigada.

**Operador:** A senhora Lilyanna Yang do UBS gostaria de fazer uma pergunta.

**Lilyanna Yang – UBS:** Obrigada pela oportunidade. Eu queria fazer uma pergunta: qual é a expectativa de vocês em relação ao leilão de Três Irmãos? Isso pode acontecer de fato no começo do ano que vem? E se vocês têm uma expectativa de quando vocês podem ver do governo, CGPE, ANEEL, algum valor sobre a compensação pelo valor do investimento não depreciado. Obrigada.

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** O leilão, a ANEEL está preparando para o dia 31 de janeiro, só eles podem responder se tem condições de fazer, preparar todo o material. Até porque nunca foi feito esse tipo de leilão, apesar da reversão existir desde o Código de Águas de 1934, até hoje nunca houve oportunidade, essa vai ser a primeira. Então, eles estão trabalhando e se preparando para o leilão. Mas da nossa parte, tudo o que a gente puder ajudar no sentido de fornecer dados e tal a gente está fazendo. E a outra pergunta é o valor da indenização. O assunto já está sendo discutido, já tivemos várias reuniões, quarta-feira teremos outra reunião, estamos caminhando para primeiro conhecer dos dois lados, como é que um calculou, como é que outro calculou. Mas estamos caminhando nessa direção, espero que a gente consiga um resultado satisfatório da nossa parte.

**Operador:** Lembrando que para fazer perguntas basta digitar “asterisco 1” (\*1).

=====

**Operador:** Senhoras e senhores, abriremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (\*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). A senhora Ana Rita Cunha, da CMA, gostaria de fazer uma pergunta.

**Ana Rita Cunha - CMA:** Bom dia Almir, bom dia Arce. Eu queria começar fazendo uma pergunta, reiterando a última pergunta do call de analistas sobre a questão do leilão de Três Irmãos. Só para eu entender direitinho, vocês pretendem participar do leilão, ou vocês só estão na briga aí para conseguir um valor mais justo de indenização de acordo com o que vocês consideram? E só para saber, interar, com qual valor de indenização vocês estão negociando aí com o governo?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Primeiro, em relação ao valor, é conhecido R\$ 3,8 bilhões, que nós estamos discutindo com o governo, então esse é um ponto. Com relação ao leilão, nós não descartamos a possibilidade de entrar, mas vai depender muito da proposta que for feita.

**Ana Rita Cunha - CMA:** E existe alguma negociação no sentido de, enfim, pensar em trocar um leilão por uma proposta de indenização mais a retomada da usina?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Desculpe, só para entender, uma proposta de trocar o leilão?

**Ana Rita Cunha - CMA:** Sim, vocês estão negociando aí o valor da indenização com o governo. Se poderia ser viável essa negociação, alguma proposta de substituir o leilão, enfim, renegociar a renovação do contrato.

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Não, essa hipótese nós não estamos discutindo. Evidente, a concessão para nós terminou lá em 2011, a gente pediu a renovação nas condições que poderia ser concedida, a critério do poder concedente. O poder concedente resolveu não fazer a prorrogação. Aí saiu a Medida Provisória, depois transformada em Lei. Então eu acho que não existe essa possibilidade de chegar agora assim: agora vamos renovar. Essa hipótese não está sendo discutida, e eu acho que nem cogitada pelo poder concedente, o Governo Federal, Ministério, etc.

**Ana Rita Cunha - CMA:** Está certo. E uma última questão é sobre o leilão A-1. Vocês são favoráveis a participar, mas não decidiram ainda? Enfim, a gente pode afirmar isso, pelo que vocês falaram aí, comentaram em relação ao preço, que é um preço adequado, a gente pode entender que vocês estão favoráveis a participar do leilão?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Isso vai ser interessante, o déficit no mercado regulado é muito grande. As possibilidades ofertas estão restritas, algumas empresas, as empresas que aderiram ao modelo, ao novo modelo não tem energia, porque foi transformado em cotas. Evidentemente a CESP talvez seja aquela que tem a maior possibilidade em termos de quantidade, de energia. Com relação ao preço, a gente tem que avaliar um pouco, tentar de alguma forma raciocinar um pouco em conta do PLD do próximo ano. E para isso, o que está acontecendo em novembro, e vai acontecer em dezembro, porque a grande quantidade de chuva ocorre entre novembro e março de cada ano. A chuva dos outros meses são muito pequenas, em relação. Então com dois meses, novembro e dezembro a gente já teria uma boa condição de saber como é que estão os reservatórios, se os reservatórios vão se recuperar ou não. Então essa decisão vai depender disso. De qualquer forma, o preço é bem melhor do daquele que foi ofertado o ano passado de R\$ 108,00 numa tentativa de um leilão A-1, que não apareceu ninguém interessado. Se me perguntar se eu prefiro R\$ 192,00 ou R\$ 230,00 que pelo menos saiu na imprensa que o próprio diretor da ANEEL falava em R\$230,00 o doutor Edvaldo Santana. Mas essa aí é uma informação que eu soube pela imprensa. Então entre os dois eu prefiro 230.

**Ana Rita Cunha - CMA:** Perfeito. Só para confirmar uma coisa, o leilão que vocês fizeram desses 1.000 MW foi quando, esse ano?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Foram menos watts, a R\$ 179,00 era 100 MW/médios. 100 MW/médios.

**Ana Rita Cunha - CMA:** Foi quando realizado?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Outubro.

**Ana Rita Cunha - CMA:** Está ótimo então, obrigada. Era só essa questão.

**Operador:** O senhor Maurício Godoy, da Agência Canal Energia gostaria de fazer uma pergunta.

**Maurício Godoy – Agência Canal Energia:** Olá, boa tarde a todos. Eu queria ainda falar sobre a questão da renovação de Três Irmãos. Na verdade, o Almir e até o senhor Dr. Arce, já citou que a partir de 2015, também com as outras usinas que serão devolvidas a CESP entrará em uma nova fase, em uma nova realidade com menos receita, um tamanho bem menor do que é hoje. Depois de ter acertado essa indenização de Três Irmãos - porque a CESP vai ter um caixa reforçado - existe alguma forma, vocês já estão discutindo alguma coisa para 2015 para investir em novas formas de geração, ou discutir com o governo estadual, que é o controlador, para levar a CESP a investir em outras formas de geração? Como a gente vê muitas iniciativas das Secretarias de Energia fazendo isso sobre biomassa, sobre até mesmo eólico e solar no estado de São Paulo, apesar dessas duas outras fontes serem menos expressivas por aqui.

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Como você colocou Maurício, é um assunto que evidentemente tem que ser discutido com o acionista controlador. Vamos chegar lá em 2015, antes disso, o ano que vem, é um ano do ponto de vista desse tipo de decisão difícil, porque tem eleição tanto no âmbito federal como no estadual. Mas a gente está preparando a empresa para que ela possa continuar a ser uma empresa saudável, mesmo com o encerramento das concessões de Jupia e Ilha Solteira. É esse o nosso esforço. Agora, o que o Governo do Estado como acionista controlador pretende fazer, ainda é um assunto a ser discutido, não existe nenhuma decisão a respeito.

**Maurício Godoy – Agência Canal Energia:** Está certo então, obrigado.

**Operador:** O senhor Wellington Bahneman, da Agência Estado gostaria de fazer uma pergunta.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** Boa tarde a todos. Eu tenho duas perguntas que são relacionadas à questão de Três irmãos. A primeira diz respeito ao valor de indenização, vocês estão pleiteando esse valor de R\$ 3,8 bilhões, o Governo está sinalizando pagar o valor de R\$ 1,7 bilhão. Imaginando num cenário que vocês não forem bem sucedidos, iam receber mesmo esse R\$ 1,7 bilhão, esse valor já permitiria para vocês, por exemplo, praticamente liquidar a dívida da companhia. E se vocês forem bem sucedidos vocês teriam dinheiro para pagar toda a dívida, e ainda sobraria recursos em caixa. O que vocês pretendem fazer com o dinheiro da indenização propriamente dita? Já têm uma ideia se vocês vão usar para pagar dívida, se vocês vão, enfim, usar esse dinheiro para distribuir dividendos para os acionistas? Essa seria a primeira pergunta, entender um pouco o que vocês pretendem fazer com esse dinheiro de Três Irmãos, se independentemente do que vier acontecer, se vocês forem

bem sucedidos ou não na discussão com o Governo Federal. E a segunda questão seria sobre a operação da usina propriamente dita, eu gostaria que vocês pudessem comentar um pouco como é que tem sido a operação de Três Irmãos sobre isso, esse novo regime. Até surgiu uma informação de que teve problema em uma turbina da usina, enfim, entender como é que está essa situação, e se vocês estão tendo algum lucro com a operação da usina nesse novo regulamento. Obrigado.

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Bom, com relação à indenização, como eu falei anteriormente, nós estamos continuando a discutir com o Governo Federal, e esperamos, nós abrimos todos os nossos dados e estamos discutindo com eles. E a nossa intenção e esperança é de que a gente venha a ser bem sucedido nessa discussão. Lembrar que existirá uma discussão semelhante em 2015, no término de Jupia e Ilha Solteira e a gente sabe que a indenização que foi colocada para que a gente pudesse aderir, evidentemente nós não aderimos, à nova legislação, também vai ser uma outra discussão - mas até lá tem algum tempo.

Então saber o que nós vamos fazer eu diria que está entre a primeira... alguém perguntou sobre futuros investimentos, é uma decisão do controlador, que não foi discutida ainda, e dificilmente será a curto prazo. A gente espera primeiro definir realmente o valor da indenização, e espero que a gente chegue a um bom resultado, para poder depois fazer, formular qualquer hipótese de investimentos, ou do que fazer em relação à situação do acionista controlador, que tem 35% das ações da empresa.

Com relação, como a gente entendia, e aí é bom dizer que essa nossa disposição de continuar operando a Usina de Três Irmãos, até porque tinha marcado o leilão para setembro. Foi muito mais assim um gesto de boa vontade, do que a gente saber, que a gente tinha certeza de que o resultado não seria algo interessante, um lucro de R\$ 1 milhão no trimestre, em relação às despesas.

Com relação ao problema da unidade, houve um acidente, um distúrbio elétrico, que provocou a queima do gerador e do transformador elevador, e isso passou por várias Comissões aí da ANEEL analisando, a ONS, mas continua sem ser recuperada. Não temos ainda nenhuma definição do Poder Concedente, que hoje é o dono da usina. Então algumas pessoas levantam: mas como é que faz para entregar energia? Como tem cinco máquinas lá, e a energia é 217 MW/médios, 218 MW/médios, com duas turbinas atenderia. Certo? Então do ponto de vista da geração de energia isso não faz falta no momento. Eu não sei se o Poder Concedente vai aguardar o leilão para resolver isso, mas nós abrimos, eles viram, as análises foram feitas, chegou à conclusão do que aconteceu, mas o reparo ainda não foi definido.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** Mas enquanto eles não definirem uma receita equivalente ao investimento, a posição da companhia é de não efetuar essa manutenção?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Nem cabe não é, porque nós não podemos tomar nenhuma providência, já que nós somos operador da usina, não somos mais o concessionário. Apesar de dizer que é uma concessão, que é uma forma interessante

de dizer que concessão é alguma coisa que você não tem direito a vender a energia que você produz, você tem que entregar - isso que é concessão. Mas no nosso caso não, no nosso caso realmente foi uma consulta que foi feita e nós aceitamos operar até setembro. Como o leilão foi adiado nós continuamos operando porque sabemos a dificuldade, evidentemente, de trazer um novo operador por esse curto espaço de tempo, que eu espero que agora em janeiro, 31 de janeiro, o assunto seja resolvido.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** O senhor diria que, mantida essas condições hoje, se essa contraproposta que foi apresentada para esse ano, para operar a usina esse ano fosse a mesma do leilão, vocês dificilmente participariam, não seria interessante do ponto de vista econômico da empresa?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** É, isso é verdadeiro, porque senão ficaria até incoerente da nossa parte, fez uma proposta, 30 anos para operar sem participar de nenhum leilão, e a gente não aceitou, e ia aceitar a mesma proposta agora para concorrer. Então seria incoerente. Teria que ser uma proposta diferente daquela que foi feita anteriormente.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** E a última pergunta dr. Mauro, essa questão das eclusas e do canal, surgiu também, o senhor comentou que talvez essa responsabilidade da indenização desses ativos seria do Ministério do Transporte. Já teve alguma interação entre o governo e a companhia, o Ministério do Transporte sobre esse tema, ou também isso está aguardando aí uma definição?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Não, na realidade em primeiro lugar, no nosso contrato de concessão que concluiu, que findou, estava escrito lá que fazia parte da concessão a eclusa e o canal. Mas a eclusa é para navegação e o canal é para navegação também - isso não é uma verdade. Claro que existe navegação lá. Todas as eclusas que existem no Brasil, aquelas que operam, as poucas que operam, são 23, nenhuma cobra pedágio para passar. A navegação fluvial é considerada uma navegação de baixo custo e importante para o desenvolvimento do país. Quando alguém no Governo Federal, seja ministério, fala: não, o problema não é desse ministério, é de outro ministério, de novo, é ministério que está ligado ao governo federal.

Então, a nossa parte nós estamos, olha, continuamos operando, tanto a eclusa, quanto, aliás, o que também ocorre, por exemplo, nas outras eclusas do Rio Tietê. E a eclusa, ela existe, por exemplo, a eclusa de Barra Bonita entrou em operação em 1960, por quê? Porque o Rio era navegável desde a época dos bandeirantes. E aí você põe uma usina lá e fala assim: ninguém passa mais de barco aqui. Então, não havia movimento, mas havia a eclusa. Então a eclusa é o fato, o fato de eu ganhar uma concessão no rio eu não posso alterar, e cada vez eu posso alterar menos as condições. Imagina fazer uma usina hoje no Amazonas e dizer: ninguém vai passar de barco aqui. Enquanto a gente sabe da importância da navegação fluvial na bacia amazônica. Aí é mais ou menos chover no molhado.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** Entendi. Então a posição da companhia é que essa discussão se é Ministério da Energia ou Ministério do Transporte ela é inócua, na verdade é o governo e alguém tem que pagar essa conta não é?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** É, exatamente. Até porque, eu diria para você: olha, separar isso agora, as eclusas foram construídas ligadas à usina. Então seria um problema de separação disso, e não só lá, mas todas as outras usinas. Por exemplo as usinas do Tietê, desde Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Nova Avanhandava, etc. E sobre o canal, basta olhar no mapa, a água do Tietê, antes de Três Irmãos ela ia direto para Jupuíá, e gerava só em Jupuíá. Aí você faz um canal e leva para Ilha Solteira. Gera em Ilha Solteira e gera em Jupuíá. Se o canal fosse maior e fosse lá para São Simão geraria em São Simão também. Mas seria um canal um tanto econômico. Então é um problema energético, não adianta: ah, mas passa barco lá. É verdade, passa barco lá, mas é um problema energético também.

**Wellington Bahneman – Agência Estado:** Perfeito, está ok doutor Mauro Arce, muito obrigada.

**Operador:** O senhora Sandra Boente do HSBC gostaria de fazer uma pergunta.

**Sandra Boente – HSBC:** Obrigada mais uma vez. Uma última pergunta assim, então eu entendi com outra resposta sua que mais provável seria ter uma possibilidade do *write-off* de Três Irmãos agora mesmo no quatro trimestre. Isso é assim?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Não Sandra. Nós estamos conversando, temos tido reuniões frequentes com o Governo Federal, com o Ministério de Minas, com a EPE, que é a responsável pelos estudos de avaliação. Nós ainda não temos uma posição. Se isso ocorrer até o final do ano, se isso ocorrer até o final do ano - aí eu estou colocando no condicional - se isso ocorrer até o final do ano, se a gente tiver uma definição de valor final até o final do ano a gente terá que reconhecer no deu último trimestre. Mas isso depende de um andamento das negociações que ainda estão sendo levadas, não tem ainda uma posição. Está bem?

**Sandra Boente – HSBC:** Então se a negociação continuasse a ter no primeiro trimestre do ano que vem, mesmo que fosse, por exemplo, em fevereiro, você não tem ainda apresentado os seus assuntos de dezembro, mesmo assim a possibilidade de um *write-off*, seria para o primeiro trimestre do ano que vem?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Tudo o que acontecer até mais ou menos início de março do ano que vem tem que ser refletido no balanço de 31 de dezembro. Tudo o que acontecer até a data em que emitirmos as nossas demonstrações financeiras. Isso será refletido no balanço. Então nós temos aqui até março do ano que vem há possibilidade dessas negociações estarem encerradas. O que você chama de *writre-off*, talvez não seja bem o que eu tenho em mente. Eu tenho em mente que nós vamos trocar um valor de ativo, hoje está lá no não circulante. Nós vamos trocar um valor de uma usina por um valor a receber. Essa é a troca que nós vamos fazer. O que vai acontecer é que depende de uma solução

amigável para o valor que nós estamos pleiteando, e o valor que o governo federal oferecer. Essa é a diferença. Então, se houver reconhecimento de que temos razão naqueles argumentos que nós estamos levando lá, nós vamos trocar o valor de uma usina para um valor a receber do Governo Federal. É basicamente isso.

**Sandra Boente – HSBC:** Mas no caso, por exemplo, vocês estão pedindo R\$ 3,5 bi, que é valor de livro, não é real, e no caso que o governo, por exemplo, desse para você R\$ 3,2 bi não aqueles R\$ 300 milhões de perda, isso que eu estou referindo como *write-off* do ativo. Isso passaria por apresentação de resultados, pelo *Income Statement*?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Não, você tem que levar em conta que a lei de 2007, a lei de dezembro de 2007, que fez a convergência dos critérios contábeis brasileiros para os padrões internacionais de contabilidade, essa legislação estabeleceu que a adoção de novos critérios contábeis não poderia propiciar ganhos ou perdas tributárias. Então, o que vai acontecer na prática é que nós temos que confrontar o valor da indenização em relação aos valores contabilizados antigos, aqueles valores que nós temos na contabilidade regulatória.

No dia que nós dermos uma baixa definitiva na Usina de Três Irmãos, nós vamos desfazer dois lançamentos que nós fizemos por ocasião da adoção do IRFS. Quando nós aumentamos o valor da usina, nós levamos para o imobilizado cerca de R\$ 1,2 bilhão a mais, e a contrapartida desse imobilizado, esse R\$ 1,2 bilhão a mais, essa contrapartida foi lançada livre de impostos, ou seja, um terço são impostos. Um terço foi lançado para impostos diferido no passivo, e dois terços foram lançados em uma contra de patrimônio líquido como ajuste de valor patrimonial. Então, se o dia que nós formos fazer a baixa da usina, nós vamos desfazer esse lançamento, vamos retornar com essa reserva de avaliação de imobilizado, e vamos estornar os impostos diferidos, esse é o efeito líquido que vai acontecer na operação.

**Sandra Boente – HSBC:** Perfeito. Então vai ficar tudo no balanço?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Isso, perfeito.

**Sandra Boente – HSBC:** Muito obrigada.

**Operador:** Lembrando que para fazer uma pergunta, basta digitar “asterisco 1” (\*1). A senhora Ana Flávia Rocha, da Reuters, gostaria de fazer uma pergunta.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** Boa tarde, eu queria tirar só uma dúvida referente a negociação da indenização de Três Irmãos. Existe um cronograma para fechar essa negociação? Eu pergunto se essa negociação tem que ocorrer, de fato, até a data do leilão, ou se ela pode ultrapassar esse período. E como que vocês estão vendo o lado do governo também, porque a gente não tem muito informações sobre se eles estariam mais propícios a abrirem mão de alguma coisa, as negociações elas são difíceis, vocês podem dar uma ideia disso para a gente? Obrigada.



**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Com relação ao prazo, na última reunião que nós tivemos lá no Ministério, o nosso Secretário ele procurou mostrar a necessidade de resolver esse assunto até o final do ano, até 31 de dezembro. Então essa aí é a data com que a gente está trabalhando até por essa definição do Secretário, falou: precisamos resolver isso o mais rápido possível. Evidentemente é uma discussão difícil, porque a gente sabe que não existe só a CESP nessa jogada, por enquanto nós estamos discutindo. Mas evidentemente uma alteração desse tipo pode levar a alteração em outros casos semelhantes. Então é isso, complicada um pouco mais. A única diferença é que o nosso caso já está vencido desde abril. E eu acho que houve uma evolução porque até então, antes dessas duas ou três reuniões que nós tivemos, nós sequer sabíamos quais foram os critérios que eles adotaram para o cálculo. E agora essa coisa está mais clara.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** Mas aí vocês souberam dos critérios e vocês discordaram deles, foi isso?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Não concordamos, o nosso número nós continuamos defendendo, até porque existe uma diferença muito grande entre fazer um orçamento para uma usina que não existe, e calcular o que foi gasto numa usina, e tudo o que foi gasto lá foi aprovado anteriormente, estava no contrato de concessão, então é um pouco diferente. Porque a usina que vai ser construída pode ser que alguém não apareça nem para fazer. Mas, por esse preço é impossível fazer. No nosso caso é um pouco mais complicado, tem alguns assuntos, não vou falar novamente sobre eclusa e canal, que é um assunto... mas existem outros critérios que foram adotados e que a gente está discutindo com eles e esperando. Evidentemente, da nossa parte, nós temos um número muito grande de informações, de registros, parte ambiental e coisa desse tipo que está em discussão e nós esperamos ter sucesso nessa discussão.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** Então eu posso dizer que o governo sinalizou que quer decidir esse tema até o fim do ano?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Não, foi o governo do estado através do Secretário, José Aníbal, que colocou como uma coisa que seria absolutamente necessária que se resolvesse isso até 31 de dezembro.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** Mas aí o governo federal deu alguma posição sobre isso?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Não, nós continuamos nos reunindo. Espero resolver, que se resolva até lá.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** E tem que definir antes do leilão, ou não necessariamente?

**Mauro Arce - Presidente da CESP:** Esse é um outro ponto, o leilão é 31 de janeiro, então... Mas a posição que foi dada pelo governo do estado de São Paulo através do Secretário José Aníbal é para que a gente perseguisse, nós e eles, uma solução até o final do ano.

**Ana Flávia Rocha – Reuters:** Obrigada.

**Operador:** A senhora Ana Rita Cunha, da CMA, gostaria de fazer uma pergunta.

**Ana Rita Cunha – CMA:** Na verdade eu queria só esclarecer uma dúvida. Quando vocês falaram do valor que vai ser debitado referente a Três Irmãos, é R\$ 1,2 bilhão, ou R\$ 1,2 milhão?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Se eu entendi a sua questão, eu disse que nós temos em... Você pergunta a respeito do resultado, se foi positiva a operação da usina nesse trimestre é isso?

**Ana Rita Cunha – CMA:** Não, não é nem isso, é mais simples ainda. Vocês estavam comentando o cálculo do valor imobilizado, que foi levado para o balanço, que o texto foi referente a impostos.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** É R\$ 1,2. bilhão. R\$ 400 milhões estão em impostos diferidos e R\$ 800 milhões estão numa conta de reserva de ajuste de valor patrimonial dentro do patrimônio líquido.

**Ana Rita Cunha – CMA:** Então quando for dada a baixa em Três Irmãos, esse R\$ 1,2 bilhão vai entrar no caixa da empresa?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Não, esse é um lançamento contábil. O que vai entrar no caixa da empresa é efetivamente o valor da indenização que for definida. Nós gostaríamos que nossos pleitos fossem aceitos, e nós estamos pleiteando R\$ 3,8. bilhões, esse é o que deveria entrar no caixa da CESP. R\$ 1,2 bi é o ajuste de um lançamento contábil que precisa ser feito.

**Ana Rita Cunha – CMA:** Mas é um ajuste positivo ou negativo?

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** Não, você estorna lançamentos que já estava feito. Então eu tinha lá uma reserva no patrimônio de R\$ 800 milhões, ela será anulada, ela será zerada. Eu tinha impostos a pagar de R\$ 400 milhões, eu deixo de ter esse compromisso, não tenho mais os impostos a pagar, certo?

**Ana Rita Cunha – CMA:** Perfeito, perfeito. Obrigada.

**Operador:** Lembrando que para fazer uma pergunta, basta digitar “asterisco 1” (\*1). O senhor Osmar Camilo, do HSBC gostaria de fazer uma pergunta.

**Osmar Camilo – HSBC:** Boa tarde, desculpe invadir o call dos jornalistas, mas surgiu uma dúvida aqui. Quando houve a adoção do IFRS e gerou as mais valias em relação ao ativo imobilizado do BRGAP, Porto Primavera teve uma baixa não é, houve uma criação de mais valia para as demais usinas, e uma menos valia para Porto Primavera. O saldo dá R\$ 3,5 bi, que foi reconhecido lá no ajuste patrimonial, e tem o IR que seria pago, que é R\$ 1,2 bi, você tem o líquido lá no imobilizado. Uma vez que vocês façam a baixa de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos, e vão manter, obviamente, Porto Primavera, o que acontece com essa baixa que estava lá? Ela vai continuar sendo amortizada, invertendo o sinal lá no imobilizado? O que acontece com isso?

**Mauro marques - CESP:** Aqui é o Mauro Marques, Contador da CESP. A parcela relativa ao Porto Primavera em princípio, em não havendo a mais valia das outras usinas, fica esse número retificando até então o valor de Primavera, e diminuindo assim a parcela relativa à depreciação dela.

**Osmar Camilo – HSBC:** Entendi. Ela inverte o sinal.

**Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:** O assunto Ilha Solteira e Jupia será tratado só em 2015, nós vamos manter esses números na nossa contabilidade até lá.

**Osmar Camilo – HSBC:** Não, sim, isso eu entendo. É que mesmo que você tenha a baixa total... o meu ponto é o seguinte, quando houve a adoção do IFRS, o saldo da mais valia ele é menor do que as usinas individualmente que serão devolvidas. A mais valia de Ilha Solteira e Três Irmãos, quando era um complexo junto, era de quase R\$ 4,5 bi. e o saldo que está sendo registrado lá no, o net de todas as usinas, uma vez que parte delas é devolvida, fica esse menos R\$ 1,2 bi, se eu não me engano, só de Porto Primavera, que pelo que eu entendi, que o Mauro falou, ele vai continuar sendo amortizado, só que como ele é um valor negativo ele vai diminuir, ele não vai ser mais um ganho de mais valia, que está entrando no patrimônio líquido, ele vai ser uma perda que vai diminuir o patrimônio líquido até acabar essa menos valia.

**Mauro marques - CESP:** Isso, no caso de Primavera é isso. Primavera ela já teve um impairment lá em 2008, que já promoveu uma redução do valor contábil dela corrigido, já retificado pelo impairment de 2008, e na adoção inicial ao IFRS, ela recebeu um novo ajuste retificando esse valor. Então é aquilo que eu havia comentado, ficando somente Primavera ela tem um custo corrigido, e tem dois valores que retificam trazendo um valor do ativo dela para um valor menor, e conseqüentemente fazendo uma redução na sua depreciação. É exatamente da forma que você colocou.

**Osmar Camilo – HSBC:** Está ok, perfeito Mauro, obrigado.

=====

**Operador:**

Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

**Almir**

Agradecemos a participação de todos.

As demonstrações financeiras e o nosso release de resultados estão disponíveis no nosso website de Relações com Investidores ([ri.cesp.com.br](http://ri.cesp.com.br)) e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam do final da apresentação. Muito obrigado.

**Operador:**

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham uma boa tarde.